



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Ata

PLENÁRIA DO COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DO ALTO RIO GRANDE – CBH-GD1

Ata da 12ª Reunião Ordinária do ano de 2023, realizada em 11 de Julho de 2023, via videoconferência por meio de plataforma digital. Após a 1ª convocação, foi realizada a abertura da reunião que teve início às 09h e 00 min, pelo presidente do CBH; Alto do Rio Grande, Paulo Roberto Machado Carvalho, o qual apresentou as saudações de boas vindas aos conselheiros. Estiveram presentes à reunião: Eduardo de Araújo Rodrigues (IGAM), Cabo Fábio Bortolucci Aversa (PMMG), Sílvia Buono da Silva Ribeiro (FEAM), Aguinaldo Serafim de Souza (SEAPA), Reginaldo da Silva Alves (IEF), Washington Ângelo (P.M. São João Del Rey), Gustavo Alvarenga Rodrigues (P.M.Lavras), Cláudio Heitor de Oliveira (P.M. de Itutinga), Wanderlei da Silva (P.M.Liberdade), Dênio Drummond Procópio (CEMIG), Luis Leonardo Pinheiro Barreto (INTERCEMENT.SA), Gilberto Coelho (UFLA), Paulo César José Giarola (ARPA São João Del Rey), Gilberto Coelho (UFLA), Paulo Roberto Machado Carvalho (CREA-MG). **1) Abertura pelo Presidente do Comitê de Bacia Hidrográfica Alto do Rio Grande:** Deu-se início à reunião com a apresentação do Presidente do Comitê manifestando o agradecimento pela presença de todos. **2) Leitura e aprovação da pauta da reunião:** Foi realizada a leitura da pauta da reunião, sendo a mesma apreciada e aprovada pelos presentes. **3) Leitura e aprovação da ata da 11ª Reunião extraordinária ocorrida na cidade de Lavras-MG em 15/03/2023:** O presidente Paulo Roberto Machado Carvalho, realizou a leitura da ata da reunião, sendo a mesma aprovada pela plenária por unanimidade sem alterações. **4) Situação atual unificação Comitês de Bacia e processo Eleitoral;** O presidente Paulo Roberto Machado Carvalho comentou sobre o decreto de nº 48639 publicado no dia 22 de junho de 2023, que dispõe sobre a criação do Comitê Nascentes do Rio Grande (unificação dos Comitês Alto do Rio Grande-GD1 e Vertentes do Rio Grande-GD2), no qual farão parte todos os municípios pertencentes à circunscrição das duas bacias. Tendo por composição até 12 instituições do Poder Público de forma paritária entre estados e municípios que integram a bacia, até 12 instituições de usuários e sociedade civil. Após a unificação, será criado um grupo de trabalho para a criação de um novo regimento interno, enquadramento de cobrança e o plano diretor. **5) Prorrogação mandato conselheiros GD1;** O presidente Paulo Roberto Machado Carvalho comentou sobre a prorrogação dos mandatos de todos os conselheiros, o qual irá se prorrogar até 31 de outubro de 2023, data na qual irá ser definido a nova composição do Comitê Nascentes do Rio Grande. **6) Atualização da Proposta de Alteração Lei do Fhidro;** O presidente Paulo Roberto Machado Carvalho, realizou uma breve apresentação sobre o edital em aberto da seleção de entidade equiparada para fazer a gestão dos recursos arrecadados pela cobrança dentro dos 8 comitês GD1 ao GD8. O edital foi publicado no dia 10/05/2023, sendo dia 10/08/2023 a data limite para encaminhamento de documentação ao IGAM. É provável que em dezembro tenha uma plenária onde será aprovado a instituição da entidade equiparada, de maneira que em 2024 já possa iniciar a gestão dos comitês. Para 2024 a expectativa é que seja arrecadado em torno de 10 milhões e 300 mil reais para o Comitê Nascentes do Rio Grande e em 2025 para frente em torno de mais ou menos 6 milhões anuais para que possa ser utilizado para custeio e aplicação em investimentos. O conselheiro Eduardo Araújo (IGAM), solicitou a palavra, dizendo que trabalha há alguns anos com a cobrança de recursos significativa e um dos primeiros processos aprendidos quando se tem a cobrança e arrecadação, é aprender a usar eficientemente o recurso que tem pois o mesmo nunca é suficiente. Eduardo citou que deve ser realizado tudo de forma integrada, integrando recursos, ações, interessados e envolvidos na gestão de recursos hídricos na bacia inteira do Rio Grande, não só na parte financeira, mas na gestão de recursos

humanos, recursos tecnológicos fazendo tudo funcionar de forma correta. Eduardo ainda mencionou que atualmente a bacia do Rio Grande vai encontrar um plano de bacia bem atualizado, com o enquadramento pré- definido prontos para incorporar a cobrança de recursos implementar a agência de bacia e fazer uma gestão eficaz que produz resultados. Após a fala do conselheiro Eduardo Araújo (IGAM), o conselheiro Reginaldo da Silva Alves (IEF) solicitou a palavra, dizendo que após a cobrança ser instalada e houver os recursos para os comitês de bacia, 10 milhões dará para realizar muitas coisas , pois atualmente o comitê de bacia, especificamente o GD1, vive com muito pouco recurso para realizar ações que seriam eficientes para a gestão de água no território onde se encontra. Reginaldo ainda disse que, espera que o recurso seja utilizado realmente para a finalidade à qual está sendo disponibilizado, pois muitas vezes ocorre do recurso ser utilizado no meio e quando chega no final já está escasso. Ele ainda dispôs que: é necessário que se cumpra a legislação e o mesmo vê como necessidade inserir uma interface com a análise do CAR (Cadastro Ambiental Rural), dentro das novas legislações que serão criadas na unificação e instituição do Comitê Nascentes do Rio Grande. Outra questão apontada pelo conselheiro Reginaldo (IEF) foram a localização das PSA , que se encontram aleatórias, não conversando com o plano de bacia, pois segundo o mesmo, só se chegará de fato na sociedade quando o comitê estiver realizando um trabalho efetivo e bom de se mostrar, não somente fazendo comercial pois com isso tem-se muito gasto. O conselheiro finalizou dizendo que somente quiz deixar exposto a vontade de ter realmente a inserção do Cadastro Rural nas novas legislações do comitê, pois existem muitas análises que são bonitas no papel, mas para ser efetivamente implantado se perde muito tempo no caminho e quando chega no final chega pouco. O conselheiro Eduardo Araújo(IGAM), em resposta à fala de Reginaldo, disse que, todos precisam entender a importância do comitê, do que é, seu papel na sociedade, quais suas obrigações e entendermos o que é a missão final do comitê. Eduardo ainda comentou que : Reginaldo lembrou em primeiro lugar dos recursos , então aproveitando sua fala devo lembrar que 92,5 por cento dos recursos arrecadados da cobrança obrigatoriamente precisam ser aplicados na bacia , apenas 7,5 por cento por lei ficam em área meio, ou seja, são para gestão e manutenção das agências de bacia e manutenção dos comitês, onde se existe a discussão feita pois esse recurso é pouco para essas ações. Porque quando se observa uma agência de bacia bem estruturada com equipe técnica bem treinada, esse recurso não é satisfatório. E claro e evidente que a restauração de mananciais está dentro deste compêndio de ações e eu vou dar o exemplo no CEIVAP e no Rio Doce, temos realizado projetos perfeitamente integrados com as agendas das instituições, como por o exemplo o IEF, e o CAR, está sim dentro da pauta. Já que uma das primeiras coisas feitas no programa de infraestrutura verde é definir as áreas prioritárias dentro da bacias. Isso já tem indicativo e quem conhece bem o plano sabe que isso é uma das coisas que o plano tem que apontar, áreas prioritárias para a conservação dos recursos hídricos, não necessariamente as áreas do CAR, mas em geral elas combinam. Então é muito importante conhecer para saber, aqui no CEIVAP por exemplo, foi realizado uma escolha de ser começar todos os programas de infraestrutura verde por mananciais de abastecimento humano, então as áreas prioritárias para conservação, são áreas permanentes na sua imensa maioria. E são sempre à montante de áreas de mananciais de abastecimento humano. Lembrando dos recursos , os 10 milhões que temos de uma gestão inteira dentro da bacia dá para recuperar em torno de 50 mil por hectare , o que é significamente nada , então o que precisamos entender é que o recurso da cobrança não é para restauração de mananciais somente, mas para realizar a gestão os recursos hídricos , então por exemplo nas bacias do CEIVAP e do Rio Doce o investimento maior tem sido em saneamento . O conselheiro Eduardo perdeu a comunicação dentro da reunião após sua fala, sendo assim Paulo continuou lendo os itens da pauta passando ao comentário sobre a atualização da Lei do Fhidro , na qual houve uma discussão muito grande dentro dos comitês e no próprio Fórum, no qual foi criado um grupo de trabalho incluindo o presidente Paulo e outros componentes. para estudar a nova proposta da Lei do Fhidro que o Governo de Minas estava encaminhando para a Assembleia Legislativa. A atual lei do Fhidro teve seu vencimento no mês de março de 2023, onde houve uma mobilização muito grande dentro da Assembléia, do Colegiado no Fórum Mineiro e conseguiu-se aprovar com unanimidade a prorrogação da Lei do Fhidro para 31 de dezembro de 2023. Alguns itens que são interessantes aos comitês de bacia foram negociados junto ao IGAM para inserir à nova lei do Fhidro. O mais importante que teve sua alteração, foi que o comitê gestor do Fhidro irá aprovar os projetos do mesmo, e o comitê de bacia hidrográfica irá aprovar somente a viabilidade ou não daquele projeto que está sendo apresentado . Sendo ou não aprovado a viabilidade de um projeto, a partir disto ele vai para o comitê gestor e o

comitê gestor aprova o projeto técnico e financeiro em si, e lá se encontram representantes de todos os órgãos do Estado, como Secretaria de Planejamento, Secretaria da Fazenda, IEF, IGAM, EMATER, e não tinha o comitê de bacia como membro do comitê gestor. Então o que foi discutido e levantada a questão onde foi acatada, é que foi incluída a representação de três representantes dos comitês de bacia para fazer parte do comitê gestor do Fhidro, onde será um membro de cada segmento, poder público estadual, poder público municipal e sociedade civil. A outra questão que foi discutida foi o aumento dos 7,5% do percentual que vai para a manutenção dos comitês que hoje é deficiente, e foi realizada a proposta para a alteração de 12% mas o IGAM acabou acatando em 10%. Um outro item que foi inserido foi a aplicação de rede de cobrança porque dentro da lei do Fhidro foi inserido assuntos dos jabutis que trata da questão de cobrança. Outro item foi a questão da institucionalização do Fórum Mineiro como entidade, ou seja, reconhecer o Fórum como um organismo representativo dos comitês de bacia, item ao qual não foi entrado em acordo, pois o IGAM está estudando a proposta, verificando qual seria o reflexo em relação ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos pois pode ser uma interferência nas atribuições do Conselho Estadual. A lei do Fhidro deve ser encaminhada à Assembléia após o recesso do carnaval, e será iniciada nova mobilização onde o presidente conta com o apoio de deputados e dos conselheiros para que seja aprovada a lei do Fhidro que é de extrema importância para os comitês de bacia. Finalizando sua fala, o presidente Paulo passou a palavra ao Eduardo Araújo (IGAM) que havia perdido o contato na reunião. O conselheiro Eduardo continuou então sua fala dizendo que o CAR (cadastro ambiental rural) está integrado de forma objetiva dentro dos programas que está sendo trabalho a infraestrutura verde onde por exemplo no CEIVAP existe um programa chamado Mananciais e no Rio Doce existe um programa chamado Rio Vivo onde os dois programas são integrados perfeitamente às chamadas agendas verdes dos órgãos do Minas. É importante ser lembrado que o custo das agendas verdes é muito elevado, então quando se fala por exemplo no valor de 10 milhões que é o valor que a gente comentou no custo de mais ou menos 50 mil por hectare que é o custo médio de restauração completa de um hectare com manutenção etc isso dá para recuperar 200 hectares que é uma área muito pequena para o tempo que tem que ser tratado. Então o que tem ocorrido frequentemente é que os investimentos em saneamento tem sido muito mais volumosos do que os investimentos em infraestrutura verde que não é uma agenda específica de comitê embora seja importante. Eduardo disse que como bem lembrou o presidente Paulo, quando é tratado o esgoto dos pequenos municípios, onde se investe às vezes 10 milhões para tratar uma pequena cidade de três mil, quatro mil habitantes se consegue melhorar a qualidade de água num trecho enorme com um aumento da disponibilidade de água limpa naquele trecho isso praticamente é mais importante pra gestão de recursos hídricos às vezes do que a gente fazer um projeto de restauração que teve 20 anos de resposta da Recuperação, é evidente que as duas coisas estão casadas, e a ANA tem se preocupado com isso tanto no produtor de água como nos nossos programas e sempre integrando com os órgãos. Eduardo comentou que tudo isso está integrado com o CAR, nunca havia sido discutido na calha do Rio Grande pois nunca teve cobrança, ou seja, não se teve que juntar os programas e ações que existem no plano de bacia e definir para onde aonde vão os recursos que são arrecadados, sendo que o mesmo é chamado de PAP (plano de aplicação plurianual). Ou seja, somente quando a cobrança de recursos iniciar que irá ser estudado em quais programas serão investidos, quais custos e em que prazos, daí a importância da capacitação dos conselheiros, para bom entendimento do plano da bacia. O conselheiro Eduardo comentou também da fala do conselheiro Reginaldo, onde o mesmo comentou que o dinheiro dos recursos não deveria ser utilizado somente para a finalidade da comunicação, onde Eduardo dispôs que, a área da comunicação é fundamental, pois só assim se consegue chegar satisfatoriamente aos usuários, principalmente o produtor rural, que não possui muitos recursos para chegar ao conhecimento de programas de restauração de bacias. Através da comunicação é possível por exemplo, contratar uma empresa de comunicação operacional e ir até um município onde estão localizados as áreas de captação que irão abastecer aquela cidade, ir nas áreas definidas no plano de bacia como prioritárias para recuperação, localizar os proprietários e fazê-los tomar conhecimento do que está sendo efetuado de forma eficiente. Então é sim imprescindível que seja bem trabalhado a comunicação, até para que a comunidade fique a par do que está sendo realizado nas bacias. Em resposta à fala do conselheiro Eduardo, Reginaldo (IEF), comentou que a análise do CAR é fundamental dentro da perspectiva de conservação da água, pois ela tende a ter um peso maior até do que o tratamento de água, então não se pode achar que o comitê vai cuidar somente da água e o IEF da vegetação. O presidente Paulo, questionou Eduardo sobre a utilização do recurso Fhidro, se era em todos

os comitês ou somente nos que não tinham cobrança, então Eduardo respondeu que a princípio, era para os comitês que não tinham cobrança de recursos d'água mas nas presentes alterações foram propostos outros itens, posto que o conselheiro não tinha conhecimento do final do alinhamento. Mas o que ocorreu foi o seguinte: como o decreto do Governo de Minas obrigou todos os comitês terem cobrança dos recursos d'água, foi necessário alterar a questão do Fhidro , então terá a aplicação dele dentro dos comitês , porém a forma como vai ser aplicado dependerá de como a Assembleia irá definir. O conselheiro Gustavo Alvarenga Rodrigues (P. M. Lavras) solicitou a palavra, dizendo que notou na fala dos conselheiros Reginaldo, Eduardo e Paulo que realmente o caminho já está formatado e cabe ao comitê fazer a gestão dentro do plano diretor. O conselheiro comentou ainda, que a questão da pressão política dentro do comitê é uma variável interessante, pois dentro do mesmo existem aproximadamente 70 municípios , então fica claro que a gestão local será o ator principal, já que é produzida grande quantidade de água , e apesar da elevada deteriorização na sub-bacia do Rio das Mortes , possui-se um contingente muito expressivo para realizar uma grande pressão política dentro da área de atuação e desenvolvimento. **7) Informações sobre o ENCOB – Encontro Nacional dos Comitês de Bacia Hidrográfica 2023;** Encaminhando a reunião para o último item de pauta informação sobre o ENCOB, o presidente Paulo informou que irá ocorrer do dia 21 a 25 de agosto de 2023 na cidade de Natal-RN o XV ENCOB (Encontro Nacional dos Comitês de Bacia), onde o IGAM disponibilizou duas vagas para dois conselheiros de cada comitê, e como não houve outra indicação, o presidente participará, mas a conselheira Mylena Nascimento Rodrigues de Oliveira (FIEMG) estará presente onde será custeada pela FIEMG. O presidente manifestou seu pesar de não ter havido outro conselheiro interessado em participar, já que no ENCOB é trocada várias experiências com comitês de todo Brasil, além de apresentações de trabalho de empresas de saneamento do Estado, apresentações que os próprios comitês desenvolvem em Educação Ambiental de ações junto à recuperação de áreas. O conselheiro Paulo César Giarola (ARPA SJDR), respondendo à fala do presidente Paulo, comentou que irá participar do ENCOB representando o Comitê de Bacias Vertentes do Rio Grande (GD2), por isso não havia manifestado participação pelo Comitê Alto do Rio Grande (GD1), então haveria a presença de 3 conselheiros do comitê. O presidente Paulo comentou que este ano terá a eleição da nova coordenação do Fórum Nacional dentro do ENCOB , onde o Estado de Minas está puxando a candidatura do conselheiro Maurício Marques Scalon, representante do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari (PN2) , por isso a importância de estar presente um representante de comitê do Estado de Minas Gerais para participar desta eleição . **8) Informes Gerais;** Não houveram informes gerais.**09) Comunicados dos Conselheiros;** O presidente Paulo solicitou à comissão eleitoral que após a inscrição das entidades no processo eleitoral do Comitê Nascentes do Rio Grande , fosse encaminhado à diretoria do Comitê GD1 e GD2, as deliberações e decisões realizadas quanto ao mesmo para que os comitês tomem conhecimento do que está sendo decidido. .. **10) Encerramento:** O presidente Paulo Roberto Machado Carvalho agradeceu a presença de todos os conselheiros, e não havendo mais assuntos a se tratar, foi declarada encerrada a sessão da qual lavrou-se a presente ata.

PAULO ROBERTO MACHADO

CARVALHO

PRESIDENTE COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA ALTO

DO RIO GRANDE-GD1



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Roberto Machado Carvalho, Presidente(a)**, em 20/10/2023, às 09:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **75331480** e o código CRC **191FCB76**.

Referência: Processo nº 2240.01.0006818/2023-31

SEI nº 75331480